

1 **Ata da sessão de consulta pública sobre a concessão florestal da Floresta Nacional de**
2 **Altamira realizada em 22 de novembro de 2010 em Altamira, Pará.** Aos vinte e dois dias do
3 mês de novembro do ano de dois mil e dez, às nove horas e quarenta minutos, no auditório do
4 Centro de Convenções e Cursos da Prefeitura de Altamira, estado do Pará, foi realizada uma
5 audiência pública destinada a apresentar e debater a minuta do edital de licitação para
6 concessão florestal na Floresta Nacional (Flona) de Altamira. Inicialmente, o Sr. Luiz César Lima
7 convida para compor a mesa de abertura a Sra. Cláudia Ramos (diretora do Serviço Florestal
8 Brasileiro) e os Srs. Fernando Ludke (chefe da Unidade Regional do Serviço Florestal Brasileiro
9 no Distrito Florestal Sustentável da BR-163), Cláudio Amaral (representando o Ministério
10 Público Federal – MPF – em Altamira) e Alexandre Lunelli (coordenador regional do Instituto
11 de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará no Xingu – Ideflor/Xingu). A Sra. Cláudia
12 Ramos cumprimenta a mesa e relata que a concessão da Flona de Altamira vai contribuir para
13 firmar as políticas públicas sustentáveis no Brasil. Os editais de licitação para concessão
14 florestal federal fornecem uma perspectiva positiva da oferta de madeira legal e permitem a
15 participação de empresas de todos os portes. O critério técnico tem maior peso do que o
16 critério preço no processo licitatório, pois a intenção não é apenas angariar fundos, mas
17 estimular o desenvolvimento social e ambiental da região. O Sr. Luiz César Lima convida para a
18 mesa o Sr. Emério Mendes Costa, da Procuradoria do Estado do Pará. O Sr. Fernando Ludke
19 discorre sobre a Unidade Regional do Serviço Florestal Brasileiro em Santarém e informa que o
20 Serviço Florestal Brasileiro não é um órgão de comando e controle, e sim de fomento, pois a
21 concessão florestal federal estimula a economia, gera emprego e agrega valor aos produtos
22 florestais da região, o que beneficia as indústrias locais. Existe um plano anual de manejo
23 florestal comunitário que apóia ações de comunidades, cujo início se deu em 2010 e até final
24 do ano está sendo elaborada a versão 2011. O Sr. Cláudio Amaral informa que a missão do
25 MPF é fiscalizar a Lei, que a exploração sustentável tem base jurídica e apela aos órgãos
26 federais, principalmente ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
27 Renováveis (Ibama) e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio),
28 que realizem uma constante fiscalização e monitoramento da atividade de exploração
29 madeireira. O Sr. Emério Costa afirma que o Ministério Público do Pará fiscaliza o
30 funcionamento do estado democrático e reitera a questão da fiscalização e a integração dos
31 órgãos para essa atividade. O Sr. Alexandre Lunelli informa que chegou na região em 1972 e
32 acompanhou toda crise florestal na Transamazônica. Acrescenta que agora o governo está
33 implantando uma resposta positiva aos municípios e às comunidades, e que a floresta
34 continuará pública. O Sr. Alexandre Lunelli afirma que o Ideflor está publicando um processo
35 de concessão florestal estadual no complexo da gleba Mamuru-arapiuns e na Transamazônica
36 que vai reanimar a indústria, gerando renda e desenvolvimento. A Sra. Zelma Costa
37 cumprimenta a todos e informa que a prefeita de Altamira, a Sra. Odileida Sampaio, está
38 prestes a chegar, pois está participando de outro evento. Acrescenta que o município de
39 Altamira está pronto para colaborar e que o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam)
40 está em peso na plenária. A economia florestal precisa ser certificada, correta e pulsante. Esse
41 processo de concessão florestal precisa ser eficiente, para que a floresta em 40 anos seja
42 gerida de forma racional e em consonância com a natureza. A prefeita de Altamira, Sra.
43 Odileida Sampaio, entra no recinto. Em sua intervenção, primeiramente agradece a Deus e
44 depois a todos, e informa que Altamira é um município pólo para sediar a audiência pública

02209.004348/2011

45 das concessões florestais federais, pois é o centro dos problemas de ordem florestal, e
46 parabeniza a iniciativa das audiências públicas. O Sr. Luiz César Lima desfaz a mesa de abertura
47 e convida o Sr. Marcelo Arguelles para apresentar a minuta do edital de concessão florestal
48 federal. O Sr. Marcelo Arguelles informa que está disponível na entrada do auditório um
49 *release* do processo de Concessão Florestal da Flona Altamira para maior informação do
50 público, assim como outros materiais sobre o tema. O Sr. Marcelo Arguelles afirma que o
51 documento apresentado é um pré-edital, no qual nada é conclusivo, e a audiência pública
52 destina-se a recolher contribuições da população. A contribuição pode ser enviada por e-mail
53 (concesao@florestal.gov.br), carta, e outras formas cabíveis por lei, pois o processo é
54 transparente. O Sr. Marcelo Arguelles afirma que a concessão florestal federal é feita de
55 forma onerosa, transparente, e que o processo licitatório deve ter lisura. Acrescenta que: o
56 poder concedente é a União; o Serviço Florestal Brasileiro faz apenas a gestão do processo; a
57 concessão florestal federal enseja a exploração de forma legalizada da madeira na forma de
58 manejo florestal; a concessão florestal federal não concede título de propriedade de imóvel,
59 pois a floresta pública continua sendo pública; a concessão florestal federal não concede os
60 direitos do subsolo, solo, caça e pesca. Ademais, o Sr. Marcelo Arguelles diferencia manejo
61 florestal de desmatamento. Manejo florestal é um planejamento racional da exploração
62 florestal, pois seu ciclo de corte (30 anos) permite a regeneração natural da floresta. A questão
63 social também é um componente importante. O Sr. Marcelo Arguelles discorre sobre o modelo
64 predatório convencional e mostra a imagem de uma área explorada por meio de manejo
65 florestal e a de uma explorada de maneira predatória. Ele informa que a concessão florestal
66 federal permite o acesso gratuito e regulado das comunidades aos recursos florestais, para
67 potencializar o retorno social e a conservação das áreas de produção florestal. Em seguida,
68 apresenta um quadro com estimativas sobre os benefícios econômicos e sociais da concessão
69 florestal federal à região. As licitações de concessão florestal são regidas com base na Lei
70 11.284/2006 e na Lei 8666/93. Um dos objetivos da Lei 11.284/2006 é combater a grilagem e
71 garantir que perpetuação da floresta. A estruturação da concessão foi realizada por meio de
72 inventário florestal amostral, diagnóstico socioeconômico, levantamento físico, levantamento
73 biótico, análise cartorial, levantamento de preços florestais, análise de estrutura e logística,
74 etc. A Flona está afastada da cidade de Altamira, pois está mais próxima dos municípios de
75 Trairão, Itaituba e do distrito de Moraes de Almeida, onde se confronta com a Reserva
76 Extrativista (Resex) Riozinho do Anfrísio, terras indígenas, etc. A extensão das unidades de
77 manejo florestal (UMFs) torna as áreas licitadas muito atrativas para a maioria das empresas
78 na região e adjacências. Em regra, as UMFs possuem em torno de 30 mil hectares; a maior
79 delas possui 74 mil hectares. Podem concorrer no processo licitatório indústrias madeireiras,
80 associações e cooperativas, e que consórcio de empresas é permitido também. Não há
81 restrição quanto ao número de propostas. O julgamento de propostas tem critérios de preço
82 (maior preço ofertado) e técnica (maiores benefícios). A pontuação total é a soma das duas
83 propostas. Os preços mínimos dos grupos 01 (R\$ 158,00 por metro cúbico de madeira), 02 (R\$
84 81,00 por metro cúbico de madeira), 03 (R\$ 42,00 por metro cúbico de madeira) e 04 (R\$ 22,00
85 por metro cúbico de madeira) são atualizados conforme o IPCA. Há uma auditoria
86 independente para checar o cumprimento do contrato e da exploração florestal. O Sr. Marcelo
87 Arguelles discorre sobre a diferenciação entre as propostas técnica e de preço. Acrescenta que
88 o Conselho Municipal de Meio Ambiente vai gerir os recursos destinados a Altamira. Informa

89 que as empresas ganhadoras que fizerem certificação, investimento em pesquisa e tecnologia
90 e fornecerem alto grau de processamento local da madeira possuem maior chance de vencer a
91 licitação. O contrato precisa ser cumprido. O pagamento será mensal e recolhido por meio de
92 GRU. Haverá o pagamento de R\$ 8,00 por tonelada de material lenhoso residual. O valor de
93 referência do contrato possui reflexos sobre a garantia e o valor mínimo anual. Em seguida,
94 discorre sobre os bonificadores e a repartição dos recursos das concessões florestais federais.
95 Os instrumentos de gestão, monitoramento e transparência contemplam a cadeia de custódia
96 (rastreamento informatizada via satélite), o licenciamento pelo Ibama, o monitoramento da
97 fauna e das parcelas permanentes, o trabalho de campo pela equipe do Serviço Florestal
98 Brasileiro, o cumprimento das cláusulas contratuais, o controle da guarita de segurança, o
99 cruzamento de informações com o Ibama, a verificação anual das condições de habilitação dos
100 concessionários, o sistema de pagamento disponibilizado pela internet (movimentação
101 financeira do contrato), entre outros. As auditorias independentes são periódicas. A proposta
102 técnica é mais importante do que a de preço. A audiência pública está sendo gravada em áudio
103 e vídeo e registrada em ata. O Sr. Luiz César Lima convida para integrar a mesa de debate a
104 Sra. Cláudia Ramos e os Srs. Fernando Ludke e Marcelo Arguelles. O Sr. Luiz César Lima explica
105 sobre a dinâmica das perguntas e comunica que elas precisam ser objetivas e claras. O Sr.
106 Itemar Rodrigues afirma que o governo está totalmente fora do processo de legalização e se
107 preocupa com o processo porque acha que nenhuma empresa esteja à altura de concorrer. A
108 Sra. Maria Tereza Serafim informa que a população é quem paga tudo no final, que a
109 concessão florestal federal é uma forma de mudança, e que o governo está preocupado só
110 com a arrecadação. O Sr. Dino Barele afirma que o processo de divisão da receita é injusto. Ele
111 também afirma que o tamanho das áreas é incompatível com o porte das empresas da região.
112 Segundo ele, as dez áreas ofertadas são grandes. Informa que ele não foi pesquisado no
113 levantamento de preço. A Sra. Cláudia Ramos informa que as áreas públicas são públicas e vão
114 permanecer assim, o que deve acontecer é a conciliação do uso econômico com a conservação
115 das florestas. A concessão florestal federal deve gerar uma mudança na mentalidade do
116 empreendedor, pois nas áreas de concessões não tem trabalhador sem carteira assinada, os
117 benefícios são respeitados, etc. O Sr. Marcelo Arguelles afirma que os preços foram definidos
118 com base na metodologia de raio econômico da área a ser concedida. Os preços, porém, não
119 refletem a estrutura de mercado local de Altamira, que encontra-se fora desse raio. O distrito
120 de Moraes Almeida mostrou um estudo de viabilidade que vai ser analisado pelo Serviço
121 Florestal Brasileiro. Os preços do edital são os mínimos para a licitação. Os investimentos são
122 de 40 anos e as empresas precisam ter estratégias de capitalização. Os valores são fornecidos
123 em consulta e podem ser revisados, se for o caso. As cláusulas estipuladas são contratuais. O
124 Serviço Florestal Brasileiro não é delegacia, e sim um órgão de fomento e desenvolvimento
125 florestal. Os recursos arrecadados serão investidos em fiscalização e investimento na área
126 produtiva. O Sr. Marcelo Arguelles afirma que houve ampla divulgação das audiências públicas
127 e das reuniões técnicas. O Sr. Dino Barele questiona: por que o ICMBio tem 28% dos recursos,
128 o dobro do destinado ao município? Ele afirma ser necessário haver UMFs menores, para
129 permitir a participação das médias e pequenas empresas, que são a maioria na região. O Sr.
130 Marcelo Arguelles informa que a divisão de recursos está descrita na Lei 11.282/2006 e que a
131 lei está disponível na entrada do auditório. A produção das empresas está um pouco aquém do
132 ideal, por causa da falta de matéria-prima. O Sr. Itemar Rodrigues afirma que o custo de

133 infraestrutura é muito alto e sugere que o governo forneça essa infraestrutura para depois
134 discutir a concessão florestal federal. A Sra. Maria Tereza Serafim assevera que nenhuma
135 empresa vai poder participar se a licitação for feita dessa maneira. A Aimat e Simbax têm
136 informações das pequenas e médias empresas que podem ser úteis. O Sr. Luiz César Lima
137 registra a presença do Dr. Márcio Bittencourt, titular da vara agrária de Altamira. A Sra. Zelma
138 Costa afirma que os recursos para o município deveriam ser destinados para o reflorestamento
139 das áreas degradadas. A Sra. Maria Chagas pergunta quais foram os critérios estabelecidos
140 para a concessão florestal federal. O Sr. Luiz Guimarães, chefe da Reserva Extrativista (Resex)
141 Riozinho do Anfrísio, indaga o que são as áreas que não estão destinadas. Ademais, pergunta
142 sobre o zoneamento. O Sr. Luiz Guimarães sugere excluir a unidade de manejo florestal (UMF)
143 X, ou ao menos recuá-la, para preservar a fronteira com a Resex, pois no plano de manejo que
144 vai ser finalizado no final de 2010 está previsto um estudo de copaíba naquela área. O Sr.
145 Itemar Rodrigues assevera que, se tiver outro estudo para readequar as especificidades locais,
146 as empresas da região vão contribuir, e solicita que o Serviço Florestal Brasileiro tente ajudar
147 as empresas locais. A Sra. Cláudia Ramos afirma que: parte do recurso do Serviço Florestal
148 Brasileiro vai para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, para ser investido em
149 projetos de comunidades locais; o gestor das florestas nacionais é o ICMBio; há um conselho
150 consultivo da Flona composto por representantes dos diversos segmentos da sociedade civil e
151 do governo; o Conselho Consultivo da Flona tem papel fundamental no zoneamento das áreas
152 de manejo, que é discutido previamente ao edital de concessão; o zoneamento da Flona
153 Altamira foi discutido em reunião do Conselho Consultivo da Flona, mas ainda não foi
154 aprovado, motivo pelo qual ainda é passível de mudança. O Sr. Marcelo Arguelles informa que
155 essa região de fronteira ajuda na conservação das áreas que são explorados ilegalmente, pois
156 o concessionário e o governo precisam fiscalizar para outros não explorarem. As empresas
157 devem ter mecanismos de uso não só da madeira, mas também de outros produtos e serviços.
158 O Sr. Luiz Guimarães afirma que o ICMBio se preocupa com as ações múltiplas, inclusive no
159 entorno da Flona. O zoneamento é interessante, mas a redução da área pode ensejar a
160 realização de uma atividade não madeireira. O Sr. Fernando Ludke informa que o Conselho
161 Consultivo da Flona é composto por várias entidades da classe madeireira, produtores
162 familiares e governo, e informa que haverá uma renovação dos membros em abril de 2011. O
163 Sr. Luiz César Lima informa que a minuta de edital foi discutida no Conselho Consultivo da
164 Flona e será apresentada também na Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFlop). O
165 repasse das verbas ocorre de acordo com decisão do conselho municipal de meio ambiente. A
166 Sra. Cláudia Ramos enfatiza a participação efetiva da sociedade. A Sra. Lucimar Souza,
167 coordenadora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, parabeniza o Serviço Florestal
168 Brasileiro pela iniciativa e afirma que a reivindicação do setor produtivo é legítima e que a
169 extensão das UMFs dificulta a participação de empresas regionais e enseja a de empresas
170 internacionais. A Sra. Lucimar Souza corrobora a proposta de excluir as áreas localizadas ao
171 norte, com base no que aconteceu na Floresta Nacional do Tapajós. O Sr. Rogério Mendes
172 afirma que fiscalização repressiva é onerosa e ressalta a ausência do Banco da Amazônia na
173 audiência pública. O Sr. Marlon Menezes afirma que é reduzida a fatia de 14% dos recursos
174 para os municípios. Os recursos precisam retornar para projetos na região e é necessário ter
175 critérios técnicos voltados para as pequenas empresas. O conselho municipal de meio
176 ambiente pode fazer o controle social e monitoramento social. Ademais, indaga: o que são

177 comunidades locais? Por que para se beneficiar é necessário estar no raio da concessão?
178 Pensando em agregação de valor, a empresa pode se instalar em Altamira? Ele sugere que os
179 produtos necessariamente precisem ser destinados ao mercado local e possuir um mecanismo
180 para ter um percentual na área de influência de concessão. A Sra. Cláudia Ramos discorre
181 sobre a necessidade de haver um ambiente seguro e um agente financiador para os projetos
182 florestais, pois os bancos ainda possuem ressalvas em relação a isso. Os bancos afirmam que
183 têm linhas de crédito para a floresta, mas não a disponibilizam de fato. A Sra. Cláudia Ramos
184 acrescenta ser necessário firmar parcerias (com o Sebrae, por exemplo) para capacitação, em
185 larga escala, em gestão de empreendimentos, produção de produtos madeireiros e não
186 madeireiros, etc. O Serviço Florestal Brasileiro engloba o Centro Nacional de Manejo Florestal
187 (Cenaflor), destinado a capacitação e treinamento de atividades de manejo florestal. Podem
188 vir a ser firmadas parcerias com outras entidades, como o Instituto Floresta Tropical (IFT), por
189 exemplo. A iniciativa privada precisa investir também. Na Flona Jamari, os concessionários se
190 orgulham de ser madeireiros, pois a concessão florestal federal está funcionando bem. O
191 Serviço Florestal Brasileiro realiza levantamentos minuciosos da localização de comunidades.
192 Comunidade eventualmente encontrada na atual área licitada não será, de forma alguma,
193 prejudicada, pois será redefinida a área a ser licitada. O Sr. Luiz César Lima disponibiliza um
194 formulário impresso para contribuição da plenária, caso não haja tempo para todas as
195 perguntas. O Sr. Luiz César Lima afirma que a licitante precisa ter sede e administração no
196 Brasil. Ele acrescenta que, das cinco UMFs já concedidas pelo Serviço Florestal Brasileiro,
197 quatro foram arrematadas por empresas locais (do próprio estado), das quais duas em
198 Rondônia e duas no Pará. Informa que quatro das cinco concessionárias florestais federais são
199 empresas pequenas e médias. As pequenas empresas, associações e cooperativas possuem
200 uma série de vantagens em relação às demais licitantes, entre as quais: isenção dos custos do
201 edital; garantia equivalente a apenas 30% da proposta de preço (em vez de 50% da proposta
202 de preço acrescidos dos custos do edital, como no caso das demais empresas). À
203 concessionária da UMF pequena será concedido um desconto de 80% nos custos da auditoria
204 independente. A concessão florestal federal beneficia não apenas o concessionário, mas
205 também o setor de prestação de serviços (terceirização de mão-de-obra, aluguel de
206 equipamentos, fornecimento de alimentação, etc.), o que incrementa o emprego e a renda
207 local. O conceito de "comunidades locais" está na lei de gestão de florestas públicas. A
208 aplicação dos recursos oriundos da concessão florestal federal é controlada pelo próprio
209 Conselho Municipal de Meio Ambiente. O repasse desses recursos está condicionado à
210 aprovação da prestação de contas. O Sr. Marcelo Arguelles informa que o Conselho Municipal
211 de Meio Ambiente fiscaliza o dinheiro. As empresas localizadas nos municípios de abrangência
212 da área licitada podem pontuar nos bonificadores e nos indicadores. O Sr. Marcelo Arguelles
213 solicita incluir o Banco da Amazônia na lista de entidades informadas a respeito da data e local
214 das próximas audiências públicas. O Sr. Fernando Ludke esclarece que na Floresta Nacional do
215 Tapajós não há concessão florestal, e sim Concessão de Direito Real de Uso (CDRU). O Sr.
216 Márcio Bittencourt, da vara agrária ambiental de Altamira, indaga: e se der errado a
217 concessão florestal? E se os contratos não forem cumpridos? Caso haja mudança na política
218 ambiental, quais são as garantias das empresas que adquiriram os lotes? Solução por via
219 judicial é demorada. A Sra. Cláudia Ramos relata que o setor madeireiro na Transamazônica foi
220 alvo de diversos problemas. O governo não realiza apenas comando e controle; também

221 desenvolve ações para manter o ambiente seguro. As políticas públicas do passado
222 incentivaram o desmatamento, mas o governo e a população não querem mais isso. Está
223 havendo mudanças desse paradigma e a concessão florestal federal é exemplo disso. O
224 contrato prevê sanções e garantias para sanar os problemas. O governo quer um
225 desenvolvimento pautado no uso sustentável das florestas. A Sra. Cláudia Ramos informa que
226 os madeireiros estão trabalhando arduamente para mudar o conceito social ruim que tinham
227 no passado e que dura até hoje. O Sr. Marcelo Arguelles informa que deve haver em breve
228 outro momento de interlocução, não só na audiência pública. Os Contratos de Alienação de
229 Terras públicas (CATPs), aos quais se referiu o Dr. Márcio Bittencourt, visam a transferir
230 titularidade imobiliária. A concessão florestal federal apenas concede uma área de floresta
231 pública. O conselho municipal de meio ambiente respalda o processo. A cláusula vigésima do
232 contrato reza sobre a extinção do próprio contrato. A Sra. Cláudia Ramos afirma que o Serviço
233 Florestal Brasileiro está aberto para receber contribuição e para fornecer esclarecimentos
234 sobre o edital de concessão florestal federal, se necessário, mantendo um canal aberto com a
235 população. O edital está previsto para ser lançado no segundo trimestre de 2011. O prazo
236 limite para contribuições e sugestões é dezembro de 2010, pelas formas e vias que já foram
237 expostas anteriormente. Em seguida, a Sra. Cláudia Ramos encerra a audiência pública. Nada
238 mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão. E, para constar, eu, César Tenório,
239 servidor do Serviço Florestal Brasileiro, lavrei a presente.

240
241


242 César Tenório

243 Relator

César Augusto Tenório de Lima
Matrícula SIAPF nº 1699412
T. A. Nível Superior V Manejo Florestal
UR JFS JR163 Serviço Florestal Brasileiro/MMA